

MAIS UMA PROMESSA CUMPRIDA

Sindicato inaugura nesta sexta-feira nova subsede na Zona Oeste

A direção do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro inaugura, no dia 24 de janeiro, (sexta-feira), a nova subsede, na Rua Viúva Dantas, 659, em Campo Grande, Zona Oeste da cidade. Esta é mais uma promessa de campanha cumprida pela atual diretoria da entidade.

“O objetivo é levar para os bancários que trabalham naquela região mais distante serviços como atendimento jurídico e de saúde. A ideia é aproximar ainda mais o Sindicato de todos os bancários. É uma antiga reivindicação da categoria”, afirma o presidente, Almir Aguiar.

O tesoureiro do Sindicato, Geraldo Ferraz, lembra que a Zona Oeste cresceu muito e é hoje a região da cidade em maior expansão.

“Novas unidades bancárias estão sendo abertas, e mais bancários trabalham naquela região. Isto aumenta a demanda por serviços oferecidos pelo Sindicato. Havia uma dificuldade grande para o bancário, que tinha de se deslocar até o Centro para buscar atendimento no Departamento Jurídico, na Secretaria de Saúde ou no Cultural. São investimentos que vão facilitar a vida de quem trabalha em locais mais distantes, além de descentralizar os serviços oferecidos por nossa entidade”, explica.

O diretor da entidade André Spiga lembra que o novo espaço vai também contribuir para o fortalecimento das campanhas salariais do Sindicato. “Será mais um espaço para informações, organização e mobilização da categoria”, acrescenta.

HOMENAGEM A VILELA

A nova subsede receberá o nome de Antonio Carlos Vilela, morto no



A nova subsede em Campo Grande vai atender os bancários da Zona Oeste

dia 11 de dezembro de 2000. Vilela era diretor do Sindicato e uma das mais importantes referências na luta contra a privatização do Banespa, banco onde trabalhou durante grande parte de sua vida. “Vilela era uma grande liderança, um formulador e um dos dirigentes sindicais que mais se preocuparam com a formação política dos sindicalistas. Nada mais justo do que homenageá-lo nesta realização tão importante para a história do Sindicato”, destaca a vice-presidente, Adriana Nalesso.

Os serviços que serão prestados

- **Jurídico (atendimento previdenciário)**
Toda sexta-feira, das 9h às 12h
- **Jurídico (atendimento trabalhista)**
Toda sexta-feira, das 14h às 18h
- **Saúde e atendimento geral**
Diariamente, das 9h às 18h

Novo parque aquático é inaugurado pelo Sindicato

Confira mais detalhes em nosso site (www.bancariosrio.org.br) e na próxima edição especial do **Jornal Bancário**.



BNDES**Funcionários aprovam proposta**

Em assembleia realizada no último dia 14, no saguão da sede da empresa, no Centro do Rio, os funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram, numa decisão apertada, a proposta da empresa para o Acordo Coletivo 2013/2014. De 1064 votantes, 559 defenderam a aprovação da proposta patronal e 497 rejeitaram. Seis funcionários votaram em branco e dois anularam o voto. Para a assinatura, no entanto, têm que ser realizadas assembleias nas demais bases. No último dia 15, às 15h, foi realizada negociação com o banco para tratar do GEP (Gestão Estratégica de Pessoas). Não houve avanços. O BNDES ficou de marcar uma nova data para tratar o assunto.

JORNADA IRREGULAR**Justiça condena Santander**

O Santander foi condenado em primeira instância a pagar danos morais coletivos de R\$ 10 milhões por irregularidades no controle da jornada de seus funcionários. A decisão foi proferida pela juíza Érica de Oliveira Angoti, da 7ª Vara do Trabalho de Brasília, após a análise de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins). A indenização deverá ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com a sentença, que tem abrangência nacional, o banco fica impedido de prorrogar o período de trabalho dos empregados por mais de duas horas diárias e obrigado a conceder intervalo mínimo de uma hora para jornadas que excederem seis horas de trabalho ininterruptas. Ainda cabe recurso.

Na ação, o MPT alega que o Santander desrespeitou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao prorrogar a jornada de seus funcionários além de oito horas diárias. A norma determina que o período de trabalho dos bancários é de seis horas, porém as instituições bancárias podem, em casos excepcionais, prorrogar a jornada em duas horas. A CLT determina ainda que o trabalhador terá direito a um intervalo de uma hora quando sua jornada de trabalho exceder seis horas, o que também não era respeitado pelo banco espanhol.

QUEM FAZ GREVE CONQUISTA**Bancários já começaram a aderir ao vale-cultura**

O vale-cultura é um projeto do governo Dilma Rousseff que beneficiará milhões de trabalhadores

Os bancários já começaram a aderir ao vale-cultura. O benefício é uma importante conquista da categoria na Campanha Nacional 2013 e previsto na cláusula 65ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que está em vigor. O vale será disponibilizado por meio de um cartão magnético, que é intransferível. Os funcionários do Banco do Brasil já podem fazer adesão por meio do SisBB, o sistema interno de informações do banco. Todos os bancários que ganham até cinco salários mínimos, ou R\$ 3.620 ao mês, têm direito. Caso a adesão seja feita até o dia 24 deste mês, o primeiro pagamento será referente ao mês de janeiro. Válido em todo o território nacional, ele pode ser usado na aquisição de livros, CDs, ingressos para shows, teatro e cinema, entre outros.

O crédito de R\$ 50 ao mês é cumulativos, ou seja, o trabalhador poderá poupar caso queira adquirir algum produto que ultrapasse os R\$ 50.

BRDESCO

O prazo de adesão no Bradesco se encerrou no último dia 17 e o crédito será feito excepcionalmente no dia 30. Entretanto, quem preencher o formulário após o dia 17 também terá o seu direito garantido, mas o crédito será acumulado com o do mês de fevereiro, quando o valor passará a ser disponibilizado no dia 1º de cada mês.

Para aderir, o funcionário precisa acessar a intranet do banco e preencher o formulário 4240-411. Depois de preenchido e assinado, deve encaminhá-lo para o RH, setor de benefícios.

ITAÚ

No Itaú, o prazo também terminou no dia 17. O desconto e o crédito serão realizados na data do pagamento do salário, no dia 27.

Após essa data, o bancários terá o direito de aderir, mas o pagamento será feito somente em fevereiro. Não há possibilidade de pagamento retroativo.

Para receber este direito mensalmente é preciso preencher o formulário, que deve ser enviado para: relacoessindicais@itau-uniban.co.com.br ou através do fax (11) 5029-1174.

SANTANDER

No Santander, a recarga do cartão será feita no dia 20 de cada mês. Para tanto, o preenchimento do formulário para optar ou não pelo benefício é obrigatório para todos os funcionários. Isso deve ser feito mediante acesso pela intranet do banco.

O vale-cultura é um projeto do governo da presidenta Dilma Rousseff, regulamentado pela Lei 12.761/2012.

A DEMORA DO HSBC

Os funcionários do HSBC terão de esperar até março para receber o vale. O banco inglês alega que “ainda não teve tempo suficiente para adaptar o sistema”, mas promete que vai pagar o valor retroativamente.

CONQUISTA AMEAÇADA

O Globo engrossa coro de empresários contra regra de reajuste do salário mínimo

Uma das maiores conquistas dos trabalhadores nos governos Lula e Dilma Rousseff têm sido a recuperação do poder de compra do salário do trabalhador, inclusive do salário mínimo, através de ganhos reais. Entretanto, começa a surgir um movimento que une empresariado e políticos para acabar com a regra atual de reajuste do salário mínimo, criada em 2006 pelo governo Lula, que prevê correção da inflação, medida pelo INPC do ano anterior, mais crescimento econômico, medido pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Como sempre, o argumento é que a política de reajustes “vai gerar mais inflação e comprometer a estabilidade econômica por causa do aumento dos gastos públicos”.

GASTO OU INVESTIMENTO?

O editorial do jornal *O Globo* do último sábado (12), sob o título “Os malefícios da indexação do salário mínimo”, faz coro a esta campanha da burguesia. O curioso é que a reclamação com os investimentos públicos só é feita quando o beneficiado é o trabalhador, como é o caso dos ganhos reais do salário mínimo. Neste caso, o “investimento” passa a ser chamado de “gasto”, o que não ocorre



quando o Estado socorre bancos, e o BNDES entra com recursos públicos que são injetados nas empresas privadas para grandes projetos e empreendimentos.

No texto, a família Marinho diz que “as dificuldades para reduções de despesas do governo se devem a razões políticas, nos gastos ‘ditos’ sociais”. E cita entre as despesas públicas que devem ser contidas o aumento do salário dos funcionários públicos, criticando também a estabilidade no emprego. O velho discurso neoliberal de *O Globo* critica

Em 1962 O Globo chamava o 13º salário de “eleitoreiro” e que o decreto assinado João Goulart ameaçava a estabilidade econômica do país. Agora, a família Marinho diz em editorial que é preciso acabar com o aumento real do salário mínimo

o fato de 80% do orçamento do governo estarem “comprometidos com salários, aposentadorias e benefícios sociais”. Ou seja, na versão da mídia, o problema da economia brasileira está nos ganhos reais do funcionalismo, do trabalhador ativo e aposentado e nos investimentos públicos em programas sociais. É aí que entra a crítica burguesa à política de aumento real do salário mínimo.

O VERDADEIRO RETROCESSO

O editorial acrescenta que “a regra

de indexação do salário mínimo criada em 2011 é um ‘retrocesso’, porque o país precisa de menos mecanismos que projetem para frente a inflação do passado”. Por fim, o texto reivindica que “a revisão desta indexação do salário mínimo terá de ser feita pelo próximo presidente”. É a ressurreição do velho discurso da política econômica da ditadura militar que apregoava que “é preciso primeiro fazer crescer o bolo da economia para depois dividi-lo”. Isto sim seria um retrocesso histórico.

É bom lembrar que graças, ao aumento real de salário e aos programas de renda mínima, o Brasil conseguiu superar duas graves crises internacionais. O que faz mal à economia é o arrocho salarial das políticas neoliberais. Que o diga a era dos governos FHC, em que os bancários passaram o maior aperto e os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal sofreram oito anos com reajuste zero. E depois de todo o arrocho, o país penou durante as turbulências dos mercados internacionais.

O povo brasileiro precisa abrir o olho. Querem roubar uma das mais importantes conquistas da classe trabalhadora na última década, que é o aumento real de salários.

RETALIAÇÃO

Caixa reduz salário de empregados que têm ação contra a empresa

“O governo federal tem que tomar uma providência imediata contra esta covardia. É o mínimo que pode fazer numa empresa em que detém 100% do controle acionário”. A afirmação foi feita pelo diretor do Sindicato Paulo Matileti referindo-se à decisão da diretoria da Caixa Econômica Federal de reduzir o salário e a jornada de trabalho dos empregados que ocupam cargos técnicos e que têm reclamações

trabalhistas contra a estatal. A decisão foi imposta em 30 de dezembro último, no apagar das luzes de 2013, através da Circular Interna 293 (CI). Desenterrada pela diretoria da empresa, a CI foi publicada pela primeira vez em 2006 e considerada nula.

As ações judiciais movidas reivindicam a redução da jornada de trabalho de oito para seis horas, sem redução de salário, já que os autores das recla-

mações ocupam cargos técnicos e não postos de chefia. “Trata-se de uma clara retaliação a um direito de todo o trabalhador. É uma represália a quem busca garantir judicialmente seus direitos”, criticou Matileti. A CI determina a alteração compulsória da jornada de trabalho e da gratificação dos empregados com cargo em comissão técnica ou de assessoramento de oito horas, que ajuizaram ação (individual ou

conjunta por meio de entidades sindicais) questionando a jornada além da sexta hora diária. A diretoria da Caixa agiu de forma torpe para colocar os empregados contra as entidades sindicais pelo respeito às seis horas, criando um clima de terror e de perseguição. O Sindicato vai solicitar à Comissão Executiva dos Empregados para que tome as medidas necessárias para defender os direitos do funcionalismo e anular a CI.

BLOCO DOS BANCÁRIOS

Inscrição de samba até o dia 28

Os bancários compositores ainda podem inscrever seu samba para concorrer ao Carnaval 2014 do Bloco dos Bancários. O prazo vai até o dia 28 de janeiro. Detalhes do enredo “Deu no rádio” são encontrados no site www.bancariosrio.org.br. Participe!

Mais notícias em nosso site

Confira em nosso site (www.bancariosrio.org.br):
 “Prazo de inscrição da Copa do Mundo dos Bancários vai até dia 24” e “Bancários e clientes do BB sofrem com problemas de ar condicionado em Campo Grande”.

Sindicato para agências do Itaú em protesto contra reestruturação

FOTOS: NANDO NEVES



Diretores do Sindicato apoiaram a paralisação em três agências do Itaú, no Centro do Rio

O Sindicato parou, na quinta-feira (16), três agências do Itaú no Centro da cidade, onde funcionam as plataformas (atendimento a pessoas jurídicas). Segundo a vice-presidente da entidade, Adriana Nalesso, o banco iniciou a reestruturação há cerca de um mês, de forma unilateral, com fechamento de plataformas e transferências para outras unidades. “Nesse processo, o grande prejudicado é o funcionário, que sofre até perdas financeiras na remuneração variável, quando o

chamado *down grade* rebaixa o nível das plataformas”, disse.

A paralisação terminou às 11h. Logo depois, o setor de Recursos Humanos do Itaú entrou em contato com a diretoria do Sindicato convocando uma reunião, ainda sem data e local, para debater o assunto.

O diretor do Sindicato André Pires Spiga recomenda os funcionários a entrarem em contato com o Sindicato para opinar sobre a reestruturação. As ideias e sugestões serão colocadas na mesa de negociação.

Bancários ampliam campanha contra o assédio moral



O Sindicato realizou mais uma caravanas contra o assédio moral

Em continuidade à campanha contra o assédio moral no Itaú, diretores do Sindicato visitaram uma série de agências de Madureira e Cascadura, na última terça-feira (14/1). Os bairros foram escolhidos em função da prática do assédio estar crescendo cada vez mais na região e em Jacarepaguá. O Sindicato intensifica a fiscalização para pressionar o banco a pôr fim a esta prática desumana.

Após ouvirem as denúncias dos sindicalistas, os clientes ficaram indignados. Muitos bancários estão adoecendo e entrando em licença-médica, ou pedindo demissão em função do assédio. Muitos que entram em licença o fazem porque passaram a ter transtornos psicológicos e psiquiátricos. Quando se licenciam por auxílio-doença, são demitidos após o retorno ao banco.

Os dirigentes sindicais lembraram que a política do Itaú é manter os clientes de baixa renda fora das agências. Como nas salas de autoatendimento o banco não coloca vigilantes, os clientes estão sujeitos a assaltos constantes.

Tanto a questão do assédio moral, quanto o da segurança foram tema de negociação entre o Sindicato e o Itaú, no último dia 7, no Rio de Janeiro. Na negociação, a vice-presidente do Sindicato, Adriana Nalesso, lembrou a necessidade de vigilantes nas agências de negócios.

Para ela, a alegação do banco de que não há movimentação de numeração, não se sustenta, já que as unidades possuem caixas eletrônicos, havendo, portanto, manipulação de dinheiro. “Toda agência tem que ter vigilantes”, cobrou a sindicalista.

Fique atento aos prazos para entrar com ação do FGTS

Os bancários devem procurar o Departamento Jurídico do Sindicato para entrar com ação que visa repor as perdas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ocasionadas pelo uso da Taxa de Referência (TR) e não de um índice inflacionário para corrigir os valores do fundo. Segundo juristas, a correção destas perdas pode chegar a 80% do saldo do FGTS.

Podem entrar com a ação pelo Sindicato, os associados e os sindicalizados demitidos nos últimos seis meses (contados a partir do dia 23 de dezembro de 2013). Os que não são sindicalizados podem fazê-lo até o dia 30 de janeiro. Basta ligar para os telefones 2103-4160/4177. Outro prazo importante é o da entrega dos documentos necessários para dar entrada na ação: 14 de fevereiro. A documentação necessária, deve ser levada à Secretaria de Assuntos Jurídicos (Avenida Presidente Vargas, 502, 20º andar). Mais

informações pelos telefones 2103-4130/4131/4132/4134.

Têm direito à correção do saldo do FGTS os trabalhadores empregados a partir de 1991, ano em que a TR passou a corrigir os valores do fundo. O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que um índice inflacionário, o INPC ou o IPCA, e não a TR, deveria corrigir os valores dos precatórios (pagamentos de dívidas do poder público, cobradas judicialmente), já que a TR mede a variação dos depósitos interbancários e não a inflação. E determinou que fossem repostas as perdas dos precatórios. Por analogia, também o FGTS deveria ser corrigido por um índice inflacionário e não pela TR. Com este entendimento, os sindicatos, entre eles o dos Bancários do Rio de Janeiro, passaram a colocar seus jurídicos à disposição dos associados para garantir o direito à reposição que deve chegar a 80% do valor total.

Documentação necessária*

- Procuração a ser preenchida e assinada no Jurídico
- Identidade, CPF e PIS
- Comprovante de residência
- Carteira de Trabalho**
- Extrato do FGTS com recolhimento a partir de 1991, obtido na CEF

* Cópias de todos os documentos

** Páginas da foto, qualificação civil e contrato de trabalho